

JB

DPVAT



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR DA COMARCA DE
CAMPO MAIOR

Rua Siqueira Campos, 372, Centro, CAMPO MAIOR - PI - CEP: 64280-000

PROCESSO Nº: 0800025-60.2019.8.18.0026

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]

AUTOR: ELIELTA OLIVEIRA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Alega a autora na inicial que a ré contrariou as normas vigentes da indenização de SEGURO DPVAT, ao não pagar ao postulante administrativamente, já que em caso de debilidade permanente, o valor estipulado pela Lei 6.194/74, é no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Já que o postulante anexou o laudo que comprova sua invalidez.

Citado, o réu apresentou contestação (ID 5226950). Alegou que a pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação se afigura totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT.

Houve réplica (ID 5999892), ocasião que a requerente refutou os pontos arguidos na defesa.

É o breve relatório. Não sendo o caso de julgamento antecipado do mérito, procedo, nos termos do que dispõe o artigo 357 do Código de Processo Civil, ao saneamento do processo.

DA FIXAÇÃO DOS PONTOS CONTROVERTIDOS

Estão presentes os requisitos de admissibilidade da ação, satisfeitos os pressupostos processuais de existência e validade. Portanto, dou o feito por saneado.

Controvertem as partes quanto ao grau de invalidez sofrida pelo autor em decorrência de acidente automobilístico. É através do grau de invalidez sofrida pelo acidentado que se chega ao valor indenizatório devido pela seguradora.

A partir do advento da Lei nº 11.945/09 restou imperativa a graduação da invalidez permanente, consoante tabela de percentuais incluída na Lei n. 6.194/74. Fato reforçado pela edição da Súmula 474 STJ.

De acordo com a orientação sumular, a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Diante disso, resta imprescindível a graduação da invalidez da vítima do acidente de trânsito, imperativo aplicar os percentuais previstos na tabela



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR DA COMARCA DE
CAMPO MAIOR

Rua Siqueira Campos, 372, Centro, CAMPO MAIOR - PI - CEP: 64280-000

inserida pela Lei nº 11.945/09, incidente, inclusive, sobre os sinistros ocorridos antes da sua entrada em vigor.

Assim, esclareço como fato controvertido a demandar a produção de prova a comprovação ou não da existência de invalidez e, não sendo o caso de invalidez total, qual o grau da invalidez.

Considerando a necessidade de produção de prova pericial, determino a realização do exame médico pericial no autor.

Nomeio perito o médico Dr. FRANCISCO AGAMENON DE SOUSA SOARES (CRM Nº 1872, RG 135.778 e CPF 096.079.353-49) para que proceda o exame médico no requerente. Respondendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da realização da perícia, os seguintes quesitos: 1) O paciente está acometido de alguma causa de invalidez? 2) Em caso positivo, qual a lesão sofrida? 3) A lesão de que foi acometido o(a) coloca em estado de incapacidade permanente total para exercer os atos decorrentes de sua atividade laboral 4) Não sendo total, qual o grau da incapacidade, considerando a TABELA anexa à Lei 6.194/74?

Notifique-se o perito nomeado, por Ofício, para designar data para realização do exame, advertindo-o do prazo para a entrega do laudo em 10 (dez) dias.

Ofereçam as partes em 05 (cinco) dias, os quesitos e querendo, indiquem assistente técnico.

A ré arcará com os honorários periciais, honorários estes fixados no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Expedientes necessários. Cumpra-se.

CAMPO MAIOR-PI, 19 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Campo Maior



Assinado eletronicamente por: **JULIO CESAR MENEZES GARCEZ**
23/03/2020 13:06:09

<http://tjpi.pje.jus.br:801g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 8916876

20032313060833100000008511915

9/

① Respostas
Sim

② Fratura nos dedos da mão
direita (diáfise da falange proxi-
mal do 4º dedo e da diáfise do
5º metacarpo.)

③ Inexistência permanente parcial
da mão direita.

④ A inexistência permanente parcial
da mão direita é em razão
de 5-0% das suas funções
camu-mão

Banco do Brasil

N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		N° DA CONTA JUDICIAL	
0		20/05/2020		0106		2000122386041	
DATA DA GUIA		N° DA GUIA		N° DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA	
20/05/2020		2602752		08000256020198180026		ESTADUAL	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPO MAIOR		2 VARA		RÉU		200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
				Jurídico			
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
ELIELTA OLIVEIRA DOS SANTOS				Física		08619210386	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
92E90276DF845285							
CÓDIGO DE BARRAS							

20/05/2020
Agamenon de Sousa Soares
Auditor
CRM-PI 1872

